

António Casimiro Ferreira

POLÍTICA E SOCIEDADE

Teoria social em tempo de austeridade

2^a EDIÇÃO

Apresentação de
António Sampaio da Nóvoa

VidaEconómica

NOTA DE APRESENTAÇÃO

Nos seus melhores momentos, as universidades são um espaço de encontros e debates, abertos, plurais, onde tem lugar uma discussão informada de ideias e argumentos. Nas aulas, nos seminários, nos trabalhos de investigação, nos congressos, na escrita, nos caminhos que se percorrem sozinhos e naqueles que se fazem com os outros, as universidades criam possibilidades que não existem em nenhuma outra instituição.

Os diálogos entre alunos e professores, entre jovens investigadores e professores experientes, as ligações à sociedade e as aberturas internacionais alimentam a inquietação intelectual que define a *universidade sem condição* de que nos fala Jacques Derrida, uma universidade que é «desde o seu princípio, e em princípio, uma *coisa*, uma *causa* autónoma, incondicionalmente livre na sua instituição, na sua palavra, na sua escrita, no seu pensamento».

A obra de António Casimiro Ferreira traduz a força deste ambiente, de um trabalho intelectual que se constrói através do diálogo, que se enriquece nos múltiplos encontros que fazem uma universidade. Estamos perante uma síntese original, brilhante, de temas e problemas que fazem parte da nossa vida, hoje mais do que nunca.

O livro *Política e Sociedade* foi escrito para os estudantes e com os estudantes, combinando com inteligência diferentes lógicas e registos, da docência e da investigação, em torno de uma *Teoria*

social em tempo de austeridade. Como elemento unificador desta multiplicidade encontra-se a preocupação do autor com a justiça social e os valores democráticos.

A obra de António Casimiro Ferreira tem como motivação resistir ao impacto corrosivo do fundamentalismo da austeridade sobre as instituições, as pessoas e os valores democráticos. Em cada página, explica-se que a austeridade, apresentada pelos seus defensores apenas como um modelo económico de resposta à crise, corresponde, de facto, a um modelo de reforma política do Estado, a uma ideologia de contornos bem definidos.

Por esta via, o autor recentra o debate no lugar certo: a questão não é, “simplesmente”, a contenção das despesas, a redução do défice ou o ajustamento entre o que produzimos e o que gastamos; a questão é bem mais funda e traduz o “novo espírito do capitalismo financeiro”. Assim, a pergunta necessária é a seguinte: e se não houvesse crise, seriam diferentes as políticas de quem nos governa? Ou seriam precisamente as mesmas?

A austeridade não é uma inevitabilidade, é uma política que se constitui numa forma e num padrão específico de organizar a vida em sociedade, como escreve António Casimiro Ferreira, explicando que o seu objetivo foi «desarmar as práticas, as estratégias e as políticas fortes da austeridade, as quais, sob o desígnio do resgate da dívida nacional, têm intensificado a implementação do projeto político neoliberal, promovendo instituições políticas débeis, ineficazes e desqualificadas, cidadãos dependentes, pobres e destituídos de cidadania, e direitos de exceção que não respeitam os mais elementares princípios do Estado de direito e da democracia».

Uma pedra basilar desta obra é a denúncia de um Estado de exceção que se tornou a regra. António Casimiro Ferreira recorre à ironia para dizer que os “hayeks”, os “nozicks” e os “friedmans” deste mundo já não necessitam de escrever longas teorias ou justificações,

bastando-lhes, agora, invocar o imperativo da austeridade e a lógica da exceção. Através de diferentes ângulos, o autor trata esta questão de forma notável, explicando de que forma a dramatização da crise se destina a instaurar e legitimar políticas que, de outro modo, ninguém aceitaria. E cita Mia Couto: «há neste mundo mais medo de coisas más do que coisas más propriamente ditas».

O livro conclui com a apresentação sucinta de sete armadilhas da austeridade:

- «A primeira armadilha é a do espaço-tempo da urgência e da exceção, visando a criação de um novo normal social marcado por um tempo sem alternativas»;
- «A sétima armadilha é a do fatalismo resultante de uma definição do real onde não existem alternativas ao algoritmo da austeridade, à inevitabilidade do sacrifício e à hegemonia da esfera financeira sobre as outras dimensões do real».

António Casimiro Ferreira desmonta as teses que procuram impor a austeridade como “via de sentido único” para sair da crise. Coloca-nos perante “opções” e não perante “inevitabilidades”. Devolve-nos um sentido de presença e de decisão. Explica-nos que somos responsáveis pelo que fazemos, mas também pelo que deixamos que os outros façam connosco.

Esta obra tece-se em textos cruzados. Os nós e os laços são sempre os mesmos, mas fazem-se e desfazem-se através de diferentes argumentações. António Casimiro Ferreira volta sempre aos mesmos temas, a começar pela liberdade. Esclarece a forma como o poder económico capturou o poder político. Discute os desafios que a globalização trouxe à democracia. Debate as relações entre a liberdade e a igualdade. A cada passo, procura construir um pensamento crítico, que seja lugar de responsabilidade e de compromisso.

Política e Sociedade é um livro luminoso, claro, informado. A sua qualidade maior é alargar os horizontes do pensamento, abrir novas

possibilidades, retirar-nos da asfixia do “pensamento inevitável”. Nele, nada se esconde, tudo se expõe. Escrito na melhor tradição universitária, dirige-se aos alunos, mas oferece-se também ao público em geral, mostrando-nos que, por vezes, os remédios prejudicam mais do que curam e que, por isso, «importa agora remediar os remédios».

Sophia de Mello Breyner Andresen diz-nos que a poesia não se explica, implica. Mas, quando se trata do conhecimento, o que explica não pode deixar de implicar, de nos implicar. António Casimiro Ferreira mostra-nos que «a análise teórica também tem voz quando se trata de defender as pessoas e os valores democráticos».

Precisávamos deste livro. Está escrito. Agora, é nosso.

António Sampaio da Nóvoa

ÍNDICE

Introdução.....	19
Escrevendo um livro: objetivos e motivações.....	19
Teoria social.....	20
Estratégias de teorização	22
Poder, conflito e política	23
Estrutura e conteúdo do livro.....	24
Capítulo 1. Da crise e da austeridade	
1. Introdução: apontamentos sobre a crise	27
2. Reformas, continuidade e descontinuidade.....	30
3. Do espírito de Filadélfia ao modelo da austeridade	38
Capítulo 2. Do pensamento político normal	
1. Um guião de leitura para a teoria social e política	51
2. Continuidades e descontinuidades no pensamento político	58
3. Uma proposta de categorização das teorias políticas....	62
4. O fundacionalismo do liberalismo igualitário.....	70
4.1. John Rawls – uma teoria da justiça.....	71
4.2. Os princípios de justiça	75
4.3. As críticas internas do liberalismo igualitário ao legado de Rawls	77
5. O libertarismo: o mercado como causa ou consequência	82

5.1. Libertarismo instrumental e libertarismo fundamental	83
5.2. O neoliberalismo como libertarismo instrumental	88
6. O comunitarismo e a tese do social.....	93
7. A Terceira Via.....	101

Capítulo 3. Desafios ao pensamento político-social: o modelo da austeridade

1. Descontinuidade no pensamento político: austeridade e exceção.....	113
2. Sociologia da austeridade.....	114
2.1. Uma ou duas definições de austeridade.....	117
2.2. As limitações do pensamento dicotómico.....	120
3. A lógica da exceção como categoria sociopolítica.....	132
3.1. O espaço e o tempo da exceção.....	134
3.2. A exceção como orientação político-normativa....	138
4. Efeitos perversos e limites da justiça social	141
4.1. Uma teoria da justiça ou uma teoria do sacrifício?	146
4.2. Da desigual distribuição dos sacrifícios da austeridade.....	151

Capítulo 4. O polimorfismo do Estado

1. Da importância da “linha” para os debates em torno do Estado.....	157
2. Do social e do político na análise do Estado	161
2.1. A tensão entre democracia e Estado.....	169
3. A problemática da relação entre o Estado e a sociedade civil	171
4. A problemática da regulação tradicional e da neorregulação.....	176
5. Uma leitura sobre o Estado social de direito em Portugal no contexto de crise e austeridade	183

5.1. O contexto de um debate.....	186
5.2. O modelo de análise.....	195
6. Exceção, governação e teoria da separação de poderes.	199
7. Interpelações ao Estado de direito.....	202
Capítulo 5. Percursos da democracia	
1. Democracia	209
1.1 Os quatro grandes debates do século XX.....	211
1.2 Os paradoxos da democracia liberal.....	212
1.3 Representação política e oligarquia.....	216
1.4 Regra da maioria e tiranias.....	221
2. Regime democrático e sociedade democrática.....	224
3. Qualidade da democracia	227
4. Da democracia liberal à pós-democracia da austeridade	235
5. Comentário final.....	242
Capítulo 6. Legitimidade, ressentimento e medo	
1. Da legitimidade	247
2. O contributo de Max Weber.....	250
3. Outras perspetivas teóricas.....	252
4. Uma analítica da legitimidade	255
5. Fontes de legitimidade e sociologia das emoções: ressentimento e medo.....	258
5.1 Ressentimento.....	260
5.2 Medo e legitimidade	265
Capítulo 7. Judicialização da política e austeridade	
Introdução	277
1. As fases da judicialização da política e a questão social.	278
2. Justiça e democracia.....	281
3. A austeridade e a reconfiguração da separação de poderes.....	283

4. A internacionalização da judicialização constitucional da austeridade	285
5. A experiência portuguesa.....	288
6. A geometria variável da segurança constitucional	291
Capítulo 8. O direito como categoria sociopolítica	
Introdução	297
1. A sociologia do direito e a tensão direito-sociedade.....	299
2. O campo analítico da sociologia do direito.....	307
3. A teoria social e a sociologia do direito.....	313
4. O direito liberal.....	315
5. Direito de cidadania	319
6. Direito de reconhecimento	326
7. Direito de exceção	332
7.1 A metamorfose da publicização do direito privado	342
Capítulo 9. Liberdade e igualdade têm de conflitar?	
Introdução	347
1. Indivíduos, normas e valores políticos.....	356
2. Liberdade-privilégio e desigualdades sociais.....	363
Capítulo 10. Liberdade: uma visão sociológica	
1. O argumento sociológico	367
2. A sociologia clássica como crítica ao liberalismo contratual	370
2.1. O iluminismo e o projeto sociológico.....	370
2.2. O imaginário contratualista	374
3. Dos dois contratualismos à cidadania.....	376
4. O <i>insight</i> durkheimiano e a desconstrução da lógica contratual	379
5. A crítica ao racionalismo e utilitarismo	380
6. “ $(x + y)^2 = x^2 + 2xy + y^2$, donc Dieu existe”	384

ÍNDICE

7. Liberdade em sociedade.....	390
7.1. Liberdade, segurança e instituições	396
8. Reflexividade: uma generalização limitada.....	401
8.1. A síntese teórica da reflexividade	404
8.2. Reflexividade para todos?.....	407
Capítulo 11. A vulnerabilidade em liberdade	
1. A formulação de um problema	411
2. Conceito de geometria variável.....	413
3. A vulnerabilidade como categoria sociológica, política e jurídica: os contributos de Bryan Turner e Martha Fineman	421
4. Comentário final.....	430
Conclusão	435
Referências bibliográficas	441

INTRODUÇÃO

Escrevendo um livro: objetivos e motivações

O projeto inicial deste livro foi o de organizar e sistematizar alguns dos materiais que fui utilizando na lecionação das disciplinas de sociologia política, teorias sociológicas, teoria política e sociologia do direito. Tratava-se de desenvolver um trabalho dirigido aos estudantes onde se encontrassem elementos básicos da teoria social. Contudo, acabou por resultar num exercício difícil, de conjugação de diferentes gramáticas da teoria social com os desafios colocados ao pensamento teórico nos dias de hoje. Deste modo, intencionalmente, combinei os registos de investigação e de transmissão do conhecimento. A riqueza e a diversidade das diferentes abordagens do social colocaram, à partida, a necessidade de responder à questão do que partilhariam em comum para que fossem integradas numa mesma linha discursiva. O gosto pela teoria social, uma metodologia eclética e a prática da interdisciplinaridade constituem o chão comum onde se pode buscar a resposta à questão colocada. Paralelamente, a unificar esta multiplicidade, encontra-se a minha preocupação com a justiça social e com os valores democráticos, os quais são indissociáveis da mais profunda questão sociológica de saber como é a sociedade possível. Aqui reside a motivação colocada pela urgência de resistir ao impacto corrosivo do fundamentalismo da austeridade sobre as pessoas, as instituições e os valores democráticos. Por esta razão, a

ideia inicial de um livro de orientação didática fez-se acompanhar pela tentativa de contribuir para uma sociologia da austeridade. O objetivo é o de identificar as lógicas políticas, sociais e jurídicas da austeridade, apresentada pelos seus defensores como um modelo económico de resposta à crise, mas ao qual corresponde um modelo de reforma política do Estado, um padrão cultural, um padrão de sociabilidade e a emergência de institucionalidades e normatividades ancoradas na exceção. O argumento sociológico aqui desenvolvido assenta na hipótese de estarmos a presenciar um momento de rutura societal que conduz a uma reinterpretação de categorias teóricas que têm sido utilizadas no quadro do que se pode designar por “pensamento político normal”. A este contrapõe-se o pensamento político de exceção e a lógica social subjacente à sociedade de austeridade. Esta reflexão é assumidamente um exercício de teoria crítica e de sociologia normativa através do qual se procura trazer à superfície a perversidade político-social da austeridade, promovendo o seu escrutínio e desmistificando os seus pressupostos.

Pelas razões anteriormente invocadas, o livro assume-se como heterodoxo, na medida em que identifica e analisa algumas correntes da teoria social e política contemporânea, colocando-as, sempre que oportuno, perante os desafios do tempo que corre.

Teoria social

Desde os clássicos da sociologia aos pensadores contemporâneos, a criação de um corpo teórico, científico na sua forma e modos de legitimação, conduziu a sociologia a pretender transcender a tradição do pensamento filosófico, político, moral e jurídico, recusando-se a atribuir-lhe estatuto particular. A defesa da separação clara entre o discurso sociológico e as preocupações políticas, morais e jurídicas foi reclamada pelo projeto clássico da sociologia, pontuado pelas afirmações positivistas, ainda que esse positivismo tenha assumido

as especificidades dos trabalhos de Durkheim e Weber, os quais, cada um à sua maneira, propuseram soluções para fundamentar metodologicamente a sociologia como ciência, deixando isolada a posição contrária de Karl Marx. Contudo, a história da procura da autonomia por parte da sociologia enquanto ciência foi paralela a outra história – a do reconhecimento da sua incapacidade de se fechar sobre uma pretensa neutralidade e objetividade científicas. A dissolução desta pretensão fundacional por parte da sociologia enriqueceu as diferentes teorias e perspectivas, que, de uma forma clara, desde a crise da sociologia dos anos 1970, procuraram explorar as interdependências e combinações entre estas diferentes áreas do conhecimento.

Economizando nos argumentos relativos a matéria conhecida na história da sociologia e reduzindo a complexidade da enorme riqueza paradigmática e teórica não só da sociologia, mas das ciências sociais em geral, pode afirmar-se que a sombra da política, do jurídico e da moral ainda persiste. A este propósito, contrapõem-se os defensores das diferentes formas de positivismo (*hard* ou *soft*) às posições dos que se reveem na viragem normativa da sociologia e nas diferentes tradições da teoria crítica. Para aqueles, como o autor deste livro, que se identificam com a segunda posição, o trabalho teórico, quer se trate da organização e sistematização, quer do desenvolvimento de estratégias de teorização, inicia-se com a recusa da dicotomia entre teorias substantivas e teorias normativas (as teorias são simultaneamente formas de interpretação da realidade e entendimentos do modo como ela deve estar organizada), com o afastamento da presunção de uma teoria sociológica pura (as teorias evidenciam dimensões políticas, morais, éticas e jurídicas) e com a subversão do princípio da propriedade disciplinar – utiliza-se uma conceção alargada de teoria social, nela se incluindo os diferentes contributos das ciências sociais e humanas.

Estratégias de teorização

A sociologia tem sido marcada por uma questão perene: a de como a sociedade é viável e possível. Questão que partilha com as diferentes teorias políticas que procuram responder ao repto hobbesiano de como é possível a ordem social. No caso da sociologia, três grandes conjuntos teóricos se foram desenvolvendo, atendendo à relação entre o indivíduo e a sociedade. O primeiro, o dos que consideram que é ao nível da ação social que se deve buscar a fundamentação da sustentabilidade da ordem social, através de diferentes mecanismos de adaptação de maior ou menor reflexividade, maior ou menor interpretação dos indivíduos face ao mundo. O segundo, o dos que advogam o caráter estruturado do todo social, da entidade orgânica que se pode designar por sociedade, ou das estruturas e instituições, cuja atuação conduz à explicação da conduta dos indivíduos. Finalmente, o dos que procuram combinar, através de diferentes tipos de sínteses entre o indivíduo e a sociedade, o caráter indissociável de ambos enquanto via teórica para a explicação da ordem social. Em qualquer uma destas estratégias de teorização, os vínculos entre indivíduos e processos coletivos são ponderados, convocando a maior ou menor liberdade concedida aos atores sociais na sua capacidade de fabricar a ordem social, e na preservação da sua capacidade de explicar os determinismos presentes nas suas condutas. Talcott Parsons enfrentou esta questão do jogo de espelhos entre indivíduo e sociedade, ficando marcado pelo que o senso comum sociológico assinala como o seu viés estrutural-funcionalista, enquanto Anthony Giddens, recorrendo ao jogo teórico das sínteses, ficará associado aos sucessivos compromissos resultantes da não separação entre indivíduo e sociedade.

A opção seguida na reflexão aqui levada a cabo é a de complementar, analiticamente, o centramento nos fatores sociais que explicam a ordem social, admitindo o valor heurístico de uma

proposta ontológica orientada para a busca das características da vida em conjunto. Admite-se como características comuns do ser social as propriedades do poder e do conflito, as quais estão presentes nos diferentes níveis constitutivos do social, do macro ao microsociológico (sistema-mundo; sociedades; organizações; grupos; interações; pensamento e ação individual).

Poder, conflito e política

Quando, como sucede neste livro, a teoria social se constitui como objeto de análise, pode presumir-se que o mesmo terá um caráter abstrato, afastado da realidade e vocacionado para preocupações epistemológicas. Mas não é esse o caso, este é um livro que toma como referente a teoria social, mas entende a mesma como dizendo respeito às pessoas e aos problemas que as mesmas enfrentam. Neste sentido, utilizam-se duas orientações de caráter geral. A primeira é a de não perguntar o que é o social, o que é o político, o que é o cultural, etc., procurando antes indagar acerca de como estas diferentes esferas do mundo social se combinam, pois a sua influência e reação por parte dos indivíduos não é segmentada, eles são recipiendários de todas elas. A segunda é a de que, nos dias de hoje, se pode «observar um conflito entre duas concepções de organização social», em que a uma concepção racionalista e economicista das condutas aceitáveis, funcionais e úteis dos indivíduos se contrapõe uma outra de resistência ética à lógica dos interesses, dos poderes e dos mercados (cf. Touraine, 2013: 13). Esta contraposição pode, ainda, ser lida como um prolongamento do confronto entre a lógica dos sistemas que se impõem aos indivíduos (colonização do mundo da vida, de acordo com Jürgen Habermas) e a capacidade através da ação que os mesmos têm para resistir e afirmar a sua autonomia e vontade.

As duas orientações encontram-se nos diferentes níveis de análise a que anteriormente se aludiu, fazendo com que o poder e o conflito

surjam como elementos centrais, estruturantes e estruturadores da vida em sociedade. Não são atributos nem essências, mas, sim, relações sociais entre indivíduos e/ou grupos sociais. O poder e o conflito são consubstanciais a todas as relações humanas ou, para utilizar a expressão de Norbert Elias, situam-se no quadro das relações de interdependência. Em sociedades democráticas, o poder e o conflito são mediados pela política, aqui entendida como tendo a função de resolver conflitos entre indivíduos e grupos, sem que o conflito destrua a parte com menos poder. Em última análise, «qualquer acontecimento social é potencialmente político» desde que a política intervenha como forma de contenção do conflito e de regulação do poder. A complexidade da realidade social, onde estão presentes o poder e o conflito, faz com que muito dificilmente o político possa ser desrinçado do social. Embora no livro não se autonomize a discussão do conflito, do poder e da política, estas três dimensões são consideradas transversais a todos os capítulos constitutivos deste trabalho.

Estrutura e conteúdo do livro

Tendo presente os referenciais anteriormente identificados, a organização e sistematização dos capítulos requereu uma compartimentação que os tornasse inteligíveis, nomeadamente, que permitisse tanto quanto possível registar os argumentos teóricos de diferentes escolas e autores e propiciar a introdução à tese da teoria política da austeridade. O livro encontra-se, assim, dividido em 11 capítulos.

O primeiro capítulo constitui a plataforma a partir da qual o livro pode ser observado, fazendo apelo às interpelações colocadas pelo atual momento. Nele se sinalizam questões associadas ao eixo crise-austeridade, recuperando alguns momentos cruciais da história recente até se chegar ao que se poderá designar por trauma da austeridade.

O segundo e o terceiro podem ser lidos sob o signo da metáfora do jogo de espelhos. No segundo, identificam-se algumas das principais correntes da teoria social, versando temas políticos que marcaram os últimos 40 anos. Como é sabido, toda a divisão praticada numa sequência de ideias tem algo de discricionário, na medida em que os cortes são propostos em função daquilo que é considerado o fio condutor. Neste caso, procurou-se construir uma sequência que implicou o reconhecimento de um momento fundador, associado ao surgimento da obra *Uma Teoria da Justiça*, de John Rawls, e de um outro momento de perturbação e rutura, ligado aos desafios colocados às sociedades ocidentais e às ciências sociais decorrentes da crise de 2008. Independentemente dos modelos teóricos e das propostas de reforma veiculadas pelos mesmos, a hipótese orientadora é a de que o conceito de justiça social consubstanciado na proposta de Rawls esteve na base de diferentes posicionamentos críticos, que são estudados ao longo do capítulo. Os frutuozos debates surgidos da filosofia e da teoria políticas são, no entanto, descontinuados pela imposição fáctica das políticas de austeridade, as quais, recorrendo ao princípio da exceção, dão lugar à especulação acerca de uma teoria social ou política da austeridade. O reconhecimento de que a austeridade também é uma forma de organização político-social com impacto na formulação das políticas públicas e na produção do direito conduz à ideia da sociedade de austeridade. Assim, o terceiro capítulo procura, por um lado, identificar dinâmicas sociológicas da austeridade e, por outro, ponderar o lugar da justiça social num contexto de redistribuição dos sacrifícios.

No quarto e no quinto capítulo, expõe-se um conjunto de ideias em torno das noções de Estado e de democracia. Retomam-se algumas ideias básicas, existindo, no entanto, em qualquer um deles a preocupação de alargar os debates sobre o Estado e a democracia à realidade dos nossos dias. Nesse sentido, no capítulo relativo ao Estado, desenvolve-se a proposta de um modelo de análise do

“atual Estado de exceção”, com o qual se visa identificar alguns dos processos subjacentes à atual fase de decomposição do Estado social. Quanto ao capítulo sobre a democracia, analisam-se alguns dos temas que lhe são indissociáveis, recuperando a análise crítica da atualidade através dos conceitos de qualidade da democracia e de pós-democracia da austeridade.

O tríptico constituído pelos capítulos 6, 7 e 8 encontra-se sob o signo da legitimação, conceito abundantemente estudado pela sociologia e ciência políticas que encontra nas propostas da sociologia das emoções, da judicialização da política e do direito como categoria política uma reformulação teórica.

Nos capítulos 9, 10 e 11, abordam-se os conceitos de liberdade e de igualdade. O “conflito” entre liberdade e igualdade é analisado nestes capítulos, contrariando os pressupostos do livre-arbítrio e de um liberalismo radicais, os quais absolutizam de uma forma reificada a noção de liberdade. O argumento sociológico surge como um exercício de desconstrução crítica daqueles pontos de vista, prolongando-se o mesmo para o reconhecimento de uma conceção de liberdade em que, sem deixar de se atribuir importância à ideia de autonomia individual, se considera como constitutiva a noção de vulnerabilidade.

A teoria social, nas suas mais diversas manifestações, é um empreendimento rico, plural e dado às mais diversas controvérsias. Espero contribuir com este livro para a sua discussão, deixando a mensagem de que a análise teórica também tem voz quando se trata de defender as pessoas e os valores democráticos.

CAPÍTULO 1

DA CRISE E DA AUSTERIDADE

1. Introdução: apontamentos sobre a crise

A noção de crise é utilizada como expressão de ameaça, de perigo, como um elemento que coloca em causa o esforço e a procura permanente de segurança e de equilíbrio por parte dos indivíduos e dos grupos sociais. A sua utilização como categoria de interpretação do quotidiano é ultrapassada pela complexidade do seu uso na interpretação da sociedade e nas conotações políticas, económicas, sociais e culturais a que dá lugar.

Nesta última perspetiva, a noção de crise pode ser interpelada de quatro formas. A primeira, a do naturalismo e familiaridade da sua invocação. De vasta utilização na esfera económica, é associada aos *crashes*, às depressões, às recessões e aos ciclos setoriais, invocando-se comumente a grande depressão de 1929. Também expressões como crise energética, crise do Estado-providência, crise da democracia e crise do fordismo apontam para um conceito do léxico das ciências sociais sem o qual dificilmente se dá sentido aos processos de transformação política e social verificados desde a década de 1970. Crises, deste ponto de vista, remetem para a descrição da sociedade onde estão postos em causa os elementos normais do seu funcionamento, sendo, no entanto, a sua invocação marcada por uma certa trivialização.

A segunda forma de interpelação do conceito pode ser designada por performativa. Neste caso, está associada aos processos de “legitimação pela performatividade”, correspondendo a uma intervenção estratégica dos poderes políticos dominantes, os quais dela deduzem a necessidade de intervir e reformar a sociedade. A invocação da crise torna-se, por isso, indissociável de uma utilização política estratégica, em regra acompanhada pelo discurso da exceção e da necessidade. Deste modo, a definição da crise é um “ato eminentemente político”. Nesse ato conflituam a identificação dos fatores que a provocam, bem como a escolha de medidas que a superem na distribuição dos custos sociais que estas possam causar (Santos, 2011: 11).

A terceira forma contrapõe a dimensão teórica à dimensão prática e assenta na distinção entre perguntas e problemas. As perguntas existem independentemente de as formularmos ou não, sucedendo que, mesmo quando não lhes respondemos, estamos a dar-lhes uma resposta. Comparativamente às perguntas, os problemas são autocriados, porventura artificiais, e podem, em princípio, ser ou não solucionados. Se as perguntas caracterizam o mundo da prática, os problemas caracterizam o da teoria (cf. Dahrendorf, 1993: 14). Um exemplo: os cientistas sociais podem ou não optar por estudar o problema da crise, apurando das consequências que as medidas económicas para lhe dar resposta têm sobre o aumento das desigualdades e empobrecimento de um país, utilizando o tempo de duração de um projeto de investigação. Em contrapartida, um reformado, um desempregado, um trabalhador pobre têm uma pergunta: como conseguirão viver perante a realidade provocada pela crise e pelas medidas políticas aplicadas? A resposta tem de ser imediata e diária.

Finalmente, crise pode ainda relacionar-se com estruturas do conhecimento, podendo sugerir-se uma periodização. No Ocidente, a emergência da modernidade está associada à crise da transição do Antigo Regime para as sociedades crescentemente complexas, tendo

gerado, ao longo do século XIX, uma intensa discussão entre os defensores do discurso liberal clássico e os clássicos da sociologia. Estes últimos contrariavam a mundividência de uma sociedade atomizada, colocando em seu lugar a importância dos contextos e das grandes dinâmicas sociais de transformação da sociedade. A segunda crise coloca em confronto o modelo de crescimento econômico e de consenso social emergente do pós-guerra, assente em categorias como Estado, sociedade, nação, classe e institucionalização dos conflitos, contrapondo-o às crises econômicas, sociais e culturais surgidas nos anos 1970, as quais corresponderam ao esgotamento das grandes narrativas teóricas do estruturalismo funcionalista e do marxismo. A terceira crise remete para os fenômenos da globalização dos anos 1990, com a crescente internacionalização da economia e dos mercados, acompanhada da afirmação do projeto europeu, carreando para as ciências sociais uma panóplia de ideias como a de reflexividade, *empowerment*, capacitação, *soft law*, governação, “reexperimentação”, recalibragem e, particularmente, a vulgata assente na ideia das crises como oportunidades. A atual crise, e a sua relação com o conhecimento das ciências sociais, permanece em aberto. A literatura disponível tem-se encaminhado dos primeiros estudos acerca das causas da crise, enfatizando a falta de regulação dos mercados financeiros e a ganância subjacente ao modo de acumulação do capital financeiro, para as análises das consequências resultantes da aplicação da fórmula da austeridade como solução. A limitação dos quadros teóricos existentes, mais vocacionados para pensar o presente, ou o futuro como projeção da ordem do presente, dificulta a leitura dos processos de decomposição e declínio do social e das sociedades – o novo fim do social – e a lógica sociológica e política da exceção e do tempo acelerado como características das novas coordenadas sociais.

Ao longo deste capítulo, e tendo em atenção as quatro interpelações acima assinaladas, alinham-se algumas ideias com o propósito de identificar diferentes dimensões da corrente crise¹.

2. Reformas, continuidade e descontinuidade

A história dos 20 anos após o “choque petrolífero” de 1973 é a de um mundo que perdeu as suas referências e resvalou para a instabilidade e para a crise. Com estas palavras, Eric Hobsbawm (1994, 2008: 395) sinaliza o início do que designa por décadas de crise que sucederam aos anos dourados iniciados no período do pós-Segunda Guerra Mundial. A dissolução dos consensos, provocada pela crise económica dos anos 1970, anunciou a culpa dos Estados-providência, das economias neokeynesianas e dos direitos de cidadania, considerados agora fatores de bloqueio para a emergência de um pensamento reformista orientado por “um novo realismo” (Judt, 2006: 606).

Depois das transformações que abalaram o mundo em 2008, coloca-se a questão de saber se o passado recente é ou não relevante na elaboração dos projetos políticos de combate à(s) crise(s) defendidos como sendo inovadores e que estão na base de um pensamento neorreformista em que os riscos são – olímpicamente – perspetivados como oportunidades. As teses do fim da história dos anos 1980 conduziram a uma intensificação da experiência do presente

1. É extensa a bibliografia relativa aos temas da crise e da austeridade. A título informativo, identificam-se alguns dos autores com trabalhos que se afiguram mais interessantes acerca desta temática: Ulrich Beck (2013); Mark Blyth (2013); David Harvey (2011); OIT (2009a); Armin Schäfer e Wolfgang Streeck (2013); Wolfgang Streeck (2013a); Alain Supiot (2010); Alain Touraine (2010, 2013). Entre nós, destacam-se Gustavo Cardoso *et al.* (2011); Boaventura de Sousa Santos (2011); José Reis e João Rodrigues (2011); António Casimiro Ferreira (2012); e CES (2012), entre outros.

de onde derivou a crença de que isso era dantes e agora é assim, e de que do passado só precisávamos de aprender a não repeti-lo². A nata dos neorreformistas de esquerda e de direita, os *think tanks* e as organizações de regulação internacional dinamizaram-se no apelo ao neoliberalismo económico, ensaiando, depois, combinações epistémicas e políticas improváveis que deram lugar ao *melting pot effect*, traduzido na naturalização de contradições básicas expressas, por exemplo, nas uniões entre a neossocial-democracia e o conservadorismo, entre a tradição e a destradicionalização, entre o Estado e o mercado, entre ambos e a comunidade, entre o público e o privado, entre responsabilidade individual e coletiva. Talvez a rutura paradigmática mais significativa em todo este processo de “reestruturação” do pensamento sociopolítico resida na reavaliação da relação entre o indivíduo e a sociedade, assistindo-se a uma subsunção dos vínculos sociais aos contratuais. Retirada a dimensão social aos indivíduos, estes passam a ser projetos de otimização das biografias e da reflexividade, em vez de cidadãos com direitos, alheios aos constrangimentos das estruturas de macro e micropoderes e à fragilidade ontológica, jurídica e política da sociedade precária. A naturalização da precariedade bem pode ser a outra designação para o *Novo Espírito do Capitalismo* (Boltanski e Chiapello, 1999), que soube encontrar, nas formas de justificação e de incorporação das críticas ao capitalismo, imperativos morais que legitimam os

2. Conferir Tony Judt, em *O século XX esquecido* (2009: 14).

projetos de autonomia, competência e desenvolvimento pessoal e os combinam com as mais diversas modalidades de atipicidade³.

Encontrada a fórmula do pensamento reformista, são os elementos de continuidade e não de rutura que marcam as respostas dadas ao estado de permanente tensão entre crises e reformas inscrito nas dinâmicas societais desde os anos 1970. A interatividade entre crise e reforma constituiu um padrão normal de desenvolvimento das sociedades, avalizado pela redução do fosso entre projetos e perspectivas teóricas e políticas diferentes. Este pensamento *mainstream* (cujo principal produto são os projetos de “reforma permanente”) torna-se no mais eficaz mecanismo de legitimação e motivação, es-

3. A hipótese defendida por Luc Boltanski e Ève Chiapello assenta no papel das críticas formuladas ao capitalismo como performativas e facilitadoras dos processos de produção e reprodução sociais. Encurtando razões, assinalam-se os dois tipos de crítica ao capitalismo realizados por Luc Boltanski e Ève Chiapello. A primeira, a crítica social, perspectivada como fonte de miséria e de desigualdades sociais. Ela projeta-se numa linha de continuidade normativa que tem início com a designada questão operária ou social, dando origem às leis dos pobres e aos *factory acts* em Inglaterra nos séculos XVIII e XIX, prolongando-se (com as vicissitudes e limitações historicamente conhecidas) ao longo do processo de juridificação das relações laborais, simbolicamente marcados pela promulgação da Constituição da OIT em 1919, pela Declaração de Filadélfia de 1944, e, mais genericamente, com o paradigma do direito do trabalho clássico associado à expansão dos Estados-providência e à relação salarial fordista. A segunda, a crítica artística, em nome da qual se considerava que o capitalismo cerceava, por via da organização do trabalho e das normas laborais, a criatividade e iniciativa dos indivíduos. A partir dela, como demonstram os autores, o capitalismo passou a integrar os valores do “individualismo institucionalizado” (Beck e Beck-Gernsheim, 2003) e da autonomia e subjetividade dos indivíduos. Nos termos do meu argumento, encontra-se associada à emergência dos modelos sociojurídicos resultantes das crises dos anos 1970 e do Consenso de Washington de 1989, plasmados na Estratégia para o Emprego da OCDE e da União Europeia dos anos 1990, que viriam a ser sintetizadas no modelo da flexigurança, reunindo, em simultâneo, os predicados da individualização das relações laborais, do recuo da sua dimensão coletiva e da flexibilização e desregulamentação do direito do trabalho preconizadas desde os anos 1970 como resposta à crise dos direitos sociais e laborais. Importará realçar que as transformações induzidas pela crítica artística corresponderam ao declínio da crítica social e, consequentemente, do conjunto de valores e instrumentos que, através dela, se foram introduzindo nos processos de produção e reprodução do capitalismo. Em seu lugar foram-se, ainda, acentuando duas tendências, a do neofeudalismo normativo resultante da crescente importância das organizações, e a mercadorização do próprio direito.

tabilizando expectativas individuais e coletivas, contribuindo para a proteção e bom funcionamento dos mercados e justificando as intervenções do poder político.

A era das reformas, assim se pode designar o período em apreço, tem por base uma tecnologia de ponta desenvolvida pelas sociedades capitalistas, assente numa retórica de respostas à crise atendendo aos diagnósticos e soluções construídos através da radicalização dos argumentos economicistas que estão na base da construção social de uma realidade em que a produtividade, a competitividade, o abastecimento dos custos salariais, a privatização, a mercantilização, etc. constituem o algoritmo de onde se há de extrair a melhor resposta para as intervenções reformadoras. É por isso que a quadratura do círculo constituído pelo bem-estar económico, coesão social e liberdade política, de que falava Dahrendorf, em 1995, ou a relação amor-ódio entre liberdade e segurança, na formulação de Bauman (2010: 29-30), tende a privilegiar a esfera económica, em detrimento da social.

Foi o que sucedeu na década de 1970, em que se combinaram a crise energética com a crise do Estado-providência e a orientação reformadora se apressou a considerar o pleno emprego do fator trabalho como um objetivo a ser substituído pelo do controlo e possível redução da inflação. O crescimento económico baseado no modelo de oferta (1979-1995) determinava custos menores, o que pressupunha que os bens pudessem ser adquiridos por salários congelados ou mais reduzidos, o que viria acompanhado de aumentos na produtividade obtidos pelas formas de produção *just-in-time*. A melhoria da produtividade, “o fazer mais com menos”, passou a ser a regra. A aplicação deste raciocínio ao fator trabalho concorreu para a desvinculação entre a evolução do emprego e o crescimento económico, deixando o aumento do Produto Interno Bruto (PIB) de estar relacionado (contrariamente ao sucedido no auge do fordismo)

com a quantidade do fator trabalho utilizado (Becerra, 2009: 134-135). O aumento do PIB e da produtividade ao longo da década de 1990 atestam o “sucesso” de um modelo de crescimento económico dessocializado.

A agenda reformista de orientação para o mercado foi também influenciada pelos desígnios geopolíticos da década seguinte, com a queda do muro de Berlim, o Consenso de Washington e os processos de globalização. A pressão sobre os Estados para emagrecerem e o modelo de desenvolvimento orientado para o crescimento económico compatibilizam-se, desde então, com o novo regime global, requerendo a afirmação do modelo neoliberal à escala global a aplicação de políticas de ajustamento estrutural (Santos, 2001: 43). Por exemplo, a governação internacional do trabalho e dos seus direitos tendeu, desde os anos 1980, a ser colonizada pela agenda de instituições financeiras como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, cujas políticas de “reformas estruturais” foram sabiamente endogeneizadas pela OCDE, de que resultou a sua estratégia para o emprego isomorficamente replicada pela estratégia europeia para o emprego.

No centro desta agenda de reformas laborais encontra-se a flexibilização dos mercados de trabalho, advertindo-se os países em desenvolvimento para manterem mercados de trabalho flexíveis e exortando-se os países desenvolvidos a reduzirem os níveis de segurança e os custos do emprego (a rigidez dos mercados de trabalho), promovendo-se a passagem das políticas de emprego de passivas a ativas. A eliminação de regras, regulações e direitos produziria o efeito de criar economias competitivas, produtivas e de maior desenvolvimento.

A intensificação dos processos de globalização e as dinâmicas da nova economia – a terciarização, a sociedade da informação – sinalizaram a rigidez e o carácter sólido dos paradigmas clássicos de direito

do trabalho e da designada relação salarial fordista, clamando por liquidez, flexibilidade e volatilidade social. Rapidamente, a liquidez e flexibilidade dos mercados de trabalho se tornaram na outra face da moeda de sociedades que tornavam flexíveis e fluidas as estruturas e relações sociais, e que, ao fazê-lo, punham em causa a integração e coesão sociais.

As formas de produção da política e do direito tradicionais foram derogadas pela comitologia e os *think tanks*, que “legitimaram cientificamente” a existência de uma realidade constituída por *insiders/outsideers* dos mercados de trabalho, privilégios de sindicatos e de trabalhadores privilegiados por terem direitos. As perspetivas darwinistas do mercado de trabalho radicalizaram a lógica mercantil depois de Polanyi ter chamado a atenção para a ficção social do que se designa por mercado e após um intenso processo de dessocialização da economia que marginalizou as lógicas do social.

Cortou-se, ainda, a ligação entre o económico e o social através de um processo de legitimação das opções políticas assentes na desindexação dos direitos laborais e sociais relativamente aos ciclos económicos. A reconstrutualização da cidadania pautou-se pelas orientações *market friendly* e pelas intervenções de um Estado ele próprio subordinado ao “bem comum” do mercado. Os cidadãos tornados agora beneficiários não pedem contas ao Estado pelos seus direitos, antes prestam contas ao mesmo.

Em todo este processo, em que o Estado cede espaço ao mercado e a dimensão coletiva recua face às tendências do individualismo institucionalizado, assiste-se a uma mutação nas modalidades de controlo social. Em causa está o desvio do tradicional controlo social exercido através do local de trabalho para o paradigma do controlo social baseado no consumo, que se afigura, agora, como mais afeiçoado a uma conceção de liberdade assente na concorrência individual característica da sociedade de consumo.

A transição do domínio da ética do trabalho para a ética do consumo surge, em certo sentido, como mais um efeito não previsto dos conflitos distributivos gerados pela apropriação da mais-valia. Como refere Bauman,

a oportunidade para regressar a relações de poder mais simétricas, e de minar o direito a mandar do gerente, perdeu-se; a aceitação desse direito e a conformação com uma permanente posição de subordinação dentro da hierarquia da fábrica foram compradas, por troca com um maior quinhão do produto excedente. O que foi inicialmente (e assim ficou na sua substância, embora não nos seus alvos ostensivos) um conflito de poder tornou-se progressivamente “economizado” (Bauman, 1989: 117).

Ainda recorrendo a Bauman (2010), pode considerar-se que a “sociedade sólida” moderna de produtores estava em transição para uma sociedade líquida moderna de consumidores. A fonte principal de acumulação capitalista passou da indústria para o mercado de consumo. Para manter vivo o capitalismo, a remercantilização do capital e do trabalho – de modo a tornar possível a transação da compra e venda – deixou de ser o requisito fundamental, o que se tornou imprescindível foram os subsídios do Estado, possibilitando ao capital vender mercadorias e possibilitar aos consumidores comprá-las. Ironizando, pode mesmo afirmar-se que o crédito foi o invento mágico em que se passou a depositar a expectativa e a esperança no desempenho desta dupla incumbência.

Na fase da “modernidade líquida”, o Estado é capitalista por assegurar a disponibilidade contínua do crédito e pela possibilidade dada aos consumidores de o obterem continuamente. É neste sentido que se pode considerar que as medidas da década de 1980, inspiradas pelo liberalismo económico de Milton Friedman, de uma política de forte desregulamentação dos mercados financeiros e de capitais associada a políticas de juros baixos com concessão de elevados créditos hipotecários, transportavam um modelo distributivo assente

no “efeito cascata”, que considerava «que a riqueza escorre de cima para baixo, isto é, que, se for gerada nos estratos sociais mais altos, inevitavelmente chegará aos mais baixos» (A. M. Gonçalves, 2008: 13).

A predominância do modelo de desenvolvimento orientado para o mercado enquanto pano de fundo da crise de 2008 convive com uma avaliação das respostas dadas a anteriores crises económicas, embora a inevitabilidade de um retorno ao *business as usual* tenha fortalecido o *mainstream* dos projetos reformistas onde a prioridade ao económico se faz à custa de desequilíbrios políticos, sociais e culturais (Hyman, 2010: 3). Neste momento, a severidade da crise coloca-nos perante um possível momento de rutura paradigmática nos projetos de reforma no qual os governos foram forçados a uma intervenção sem precedentes nos sistemas financeiro e bancário.

Por outro lado, as interrogações acerca da relação “Estado *versus* mercado” tenderam a desenvolver a explicação de que o colapso financeiro global resultou da insuficiente intervenção estatal na regulação da economia e, em particular, nos setores financeiro e bancário. A imposição das políticas neoliberais nos anos 1980, avançadas nos projetos políticos de Reagan e Thatcher, conduziram ao emagrecimento do Estado, entendido como Estado mínimo facilitador da desregulação da economia e do livre funcionamento do mercado. Todavia, a crise económica atual e os subsequentes planos dos governos em todo o mundo evidenciaram de uma forma contrastante os processos de intervenção estatal visando a coletivização das dívidas financeiras das instituições privadas. O Estado surge como uma gigantesca companhia de seguros disposto a contribuir para o bom funcionamento da economia e do sistema financeiro.

Contudo, a ideia de uma regulação fraca e da ausência de intervenção estatal na esfera económica e financeira é contrastante com a intervenção e rigor estatais no controlo das prestações sociais. Para os beneficiários do Estado-providência, não existem dúvidas acerca da intervenção estatal, a qual é cuidadosamente planeada como

POLÍTICA E SOCIEDADE

António Casimiro Ferreira desmonta as teses que procuram impor a austeridade como “via de sentido único” para sair da crise. Coloca-nos perante “opções” e não perante “inevitabilidades”. Devolve-nos um sentido de presença e de decisão. Explica-nos que somos responsáveis pelo que fazemos, mas também pelo que deixamos que os outros façam connosco.

Política e Sociedade é um livro luminoso, claro, informado. A sua qualidade maior é alargar os horizontes do pensamento, abrir novas possibilidades, retirar-nos da asfixia do “pensamento inevitável”. Nele, nada se esconde, tudo se expõe. Escrito na melhor tradição universitária, dirige-se aos alunos, mas oferece-se também ao público em geral, mostrando-nos que, por vezes, os remédios prejudicam mais do que curam e que, por isso, «importa agora remediar os remédios».

António Sampaio da Nóvoa, in *Nota de Apresentação*

Visite-nos em
livraria.vidaeconomica.pt

www.vidaeconomica.pt

ISBN: 978-989-768-290-2

